



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

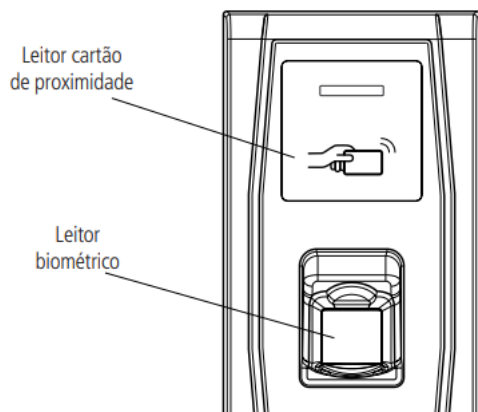
1. DO OBJETO

1.1. Aquisição e instalação de sistema de controles biométricos e módulos de portas, com software de controle de acesso, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Fornecimento e instalação de aparelho de identificação biométrica	Unidade	23	R\$ 4.075,00	R\$ 93.725,00
	2	Fornecimento e instalação de botão de saída inox c/ caixa automatiza	Unidade	23	R\$ 256,95	R\$ 5.909,85
	3	Fornecimento e instalação de fonte alimentação ininterrupta FA 1220	Unidade	23	R\$ 725,00	R\$ 16.675,00
	4	Fornecimento e instalação de Kit universal FE 20150 Fechadura-eletrônica s/ sensor	Unidade	23	R\$ 818,22	R\$ 18.819,10
	5	Fornecimento e instalação de bateria Selada 7A/12V	Unidade	23	R\$ 205,95	R\$ 4.736,76
	6	Fornecimento e instalação de receptora XAR 3060 Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade)	Unidade	23	R\$ 450,00	R\$ 10.350,00
	7	Fornecimento de Controle Remoto XAC 4000 Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade)	Par	23	R\$ 76,78	R\$ 1.765,87
	8	Fornecimento de cadastrador de impressão digital	Unidade	3	R\$ 3.100,00	R\$ 9.300,00
	9	Fornecimento de acionador de emergência rearmável Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade)	Unidade	23	R\$ 690,00	R\$ 15.870,00
	10	Licença Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade)	Unidade	23	R\$ 1.150,00	R\$ 26.450,00
	11	Fornecimento de Software de controle	Serviço	1	R\$ 20.150,00	R\$ 20.150,00
	12	Instalação e configuração do Sistema	Unidade	23	R\$ 1.150,00	R\$ 26.450,00
Total do Grupo 1						R\$ 250.201,58
2	13	Fornecimento e instalação de módulo de porta com folha dupla do piso ao teto, em vidro duplo laminado de segurança com espessura mínima de 6 mm, espessura mínima da porta de 40 mm encaixilhados em perfis de alumínio de 110mm de largura. Dobradiças em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon, encaixadas frontalmente ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos perímetro em aço inoxidável de ponta cônica sem perfuração no batente e que permita a regulação da folha de porta (sem necessidade de corte) no próprio batente. Fechaduras 515 AEE ou similar Batentes totalmente em liga de alumínio extrudado com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa, acabamento de topo em todo o perímetro em PVC rígido de encaixe sob pressão. Persianas entre vidros acionadas por comando tipo botão, com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da porta, visualizando-se somente as réguas de alumínio, Modulação: 1.800 mm.	Peça	17	R\$ 12.344,81	R\$ 209.861,77
	14	Fornecimento e instalação de molas aéreas compatíveis com as portas	Unidade	23	R\$ 448,60	R\$ 10.317,85
	Total do Grupo 2					R\$ 220.179,62
Valor total estimado R\$						R\$ 470.381,20

1.2. Especificações mínimas dos aparelhos do Grupo 1:**1.2.1. Aparelho de identificação biométrica, com as seguintes características:**

- 1.2.1.1. Métodos de autenticação: cartão de proximidade e biometria digital;
- 1.2.1.2. Modulação: ASK ou de qualidade similares ou superior;
- 1.2.1.3. Frequências de operação: 125 KHZ (digital) ou de qualidade similares ou superior;
- 1.2.1.4. Taxa de transmissão: 3.906 kbps ou de qualidade similares ou superior;
- 1.2.1.5. Tempo de leitura da digital ou cartão: 2 segundos ou inferior;
- 1.2.1.6. Código de emissão: específico e apropriado para o modelo dentro das demais especificações;
- 1.2.1.7. Tipo de antena: interna;
- 1.2.1.8. Capacidade máxima de cartões: 10.000 ou superior;
- 1.2.1.9. Capacidade máxima de biometrias: 1.500 ou superior;
- 1.2.1.10. Interface de comunicação: Ethernet;
- 1.2.1.11. Carcaça em aço inox, anti vandalismo e anti respingo;
- 1.2.1.12. Dimensões (LXAXP): 72 x 146 x 34 mm ou inferiores.

1.2.2. A título exemplificativo, segue a figura do dispositivo de identificação com as características informadas:**1.2.3. Botão de saída para liberação de portas em sistemas de controle de acesso com botão de acesso em Inox, com as seguintes características:**

- 1.2.3.1. Possuir uma vida útil de no mínimo 500.000 manobras, sendo de sobrepor e de alta resistência;
- 1.2.3.2. Possibilitar operação com uma tensão de alimentação de no máximo 36 Vdc e corrente máxima de operação 3A;
- 1.2.3.3. Suportar a temperatura de operação de 0° C a 50° C;

1.2.4. Fonte fonte alimentação ininterrupta FA 1220, com as seguintes características:

- 1.2.4.1. Fonte de alimentação bivolt (90 a 240 VAC) para sistema de controle de acesso que deverá fornecer alimentação constante ao sistema de fechaduras e controle de acesso;
- 1.2.4.2. Temporizador integrado com saída ajustável de pelo menos 1, 5 e 30 segundos para acionamento de fechaduras eletromagnéticas;
- 1.2.4.3. Seu gabinete deverá possibilitar abrigar uma bateria de 12 VDC / 7 Ah e possuir a função de carga inteligente para garantir maior vida útil da bateria, sendo que esta deverá ser fornecida juntamente com a fonte;
- 1.2.4.4. Sua saída deverá fornecer uma tensão de 14,4 V e corrente de no máximo 2 A, sendo sua potência (carga nominal) menor ou igual a 29 W;
- 1.2.4.5. Deve possuir ao menos uma saída de relé NA (Normalmente Aberta) que poderá ser por contato NA com pulso negativo ou por comando de 12 a 24 V em corrente contínua ou alternada com pulso positivo;
- 1.2.4.6. Permitir conexão com botão de acionamento;
- 1.2.4.7. Deve possuir proteção ao menos contra curto-circuito, sobrecarga e inversão de polaridade da bateria;
- 1.2.4.8. Possuir sinalização através de LED que indiquem pelo menos o status de carregamento da bateria, tensão baixa da bateria, ausência ou bateria danificada, alimentação de saída e rede elétrica.

1.2.5. Kit universal FE 20150 Fechadura-eletrônica s/ sensor

- 1.2.5.1. Fechadura eletroímã que utilize como princípio de funcionamento a força de tração magnética, bem como possua compatibilidade com controladores de acesso e adaptabilidade a todos os tipos de porta (madeira, alumínio, aço e vidro), inclusive quando há desníveis de até 20 mm;
- 1.2.5.2. Sua alimentação deverá ser de uma tensão entre 12 a 16 VDC e corrente de no máximo 400 mA, sendo sua potência de no máximo 4,8 W;
- 1.2.5.3. Possuir dimensões de aproximadamente (L x A x P) 145 x 45 x 30 mm;
- 1.2.5.4. Acabamento na cor branca ou prata;
- 1.2.5.5. Sua força de tração deverá ser de no mínimo 150 kgf, sendo sua estrutura construída em alumínio e aço ou qualquer outro material que possibilite possuir menor peso e maior resistência a corrosão, além de prover menor magnetismo residual;
- 1.2.5.6. Conter kit completo para sua instalação como suporte do bloqueio, suporte auxiliar, bloqueio, buchas, parafusos e manual do usuário em português.

1.2.6. Bateria Selada 7A/12V, com as seguintes características:

- 1.2.6.1. Composta por elementos ou células, formando um monobloco, encapsulados em vaso e tampa de polipropileno (ABS) de alto impacto e elevada resistência ao ácido sulfúrico, totalmente vedada contra qualquer vazamento de eletrólito e gás. Placas compostas de ligas chumbo-cálcio de alta resistência contra corrosão e especialmente desenvolvidas para uso em flutuação ou cíclico;

1.2.6.2. Dotada de válvula reguladora (VRLA – Valve Regulated Lead Acid) de baixa pressão, com operação especificada entre 0,2 a 0,7 Kgf/cm², capaz de liberar o excesso de gás por efeito da pressão interna, através de abertura e fechamento automático, sem permitir a entrada de ar do ambiente no interior da bateria. Sistema de eletrólito absorvido (AGM – Absorptive Glass Mat System) com separadores em lâ de vidro de elevada durabilidade e capacidade térmica;

1.2.6.3. Contendo 6 células;

1.2.6.4. Tensão total da bateria de 12 V;

1.2.6.5. Com capacidade de 7,0 Ah @ 20h até 1,75 V (tensão final) por célula a 25 °C;

1.2.6.6. Corrente máxima de descarga 70 A (5 segundos);

1.2.6.7. Temperatura normal de operação 25 °C ± 5 °C;

1.2.6.8. Tensão de recarga em flutuação 13,6 a 13,8 Vd;

1.2.6.9. Corrente máxima de recarga recomendada 2,1 A.

1.2.7. Receptora XAR 3060 Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor do qualidade), com as seguintes características:

1.2.7.1. Com duas saídas independentes;

1.2.7.2. Conter dois modos de operação (pulso ou retenção);

1.2.7.3. Com capacidade de armazenamento de 60 dispositivos sem fio;

1.2.7.4. Conter frequência de trabalho/modulação 433,92 MHz/OOK ou FSK;

1.2.7.5. Com decoder Smart Coder de 24 bits;

1.2.7.6. Deverá ter o alcance FSK ou OOK até 100 m sem barreira;

1.2.7.7. Com alimentação 12 a 16 Vdc;

1.2.7.8. Manter o consumo de corrente nas seguintes opções: Stand by: 40 mA; 1 canal em operação: 80 mA e; 2 canais em operação: 120 mA;

1.2.7.9. Controle Remoto XAC 4000 Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor do qualidade), com as seguintes características:

1.2.7.10. Fonte de alimentação bivolt (90 a 240 VAC) para sistema de controle de acesso que deve fornecer alimentação constante ao sistema de fechaduras e controle de acesso;

1.2.7.11. Deverá possuir temporizador integrado com saída ajustável de pelo menos 1, 5 e 30 segundos para acionamento de fechaduras eletromagnéticas;

1.2.7.12. Seu gabinete deverá possibilitar abrigar uma bateria de 12 VDC / 7 Ah e possuir a função de carga inteligente para garantir maior vida útil da bateria, sendo que esta deverá ser fornecida juntamente com a fonte;

1.2.7.13. Sua saída deverá fornecer uma tensão de 14,4 V e corrente de no máximo 2 A, sendo sua potência (carga nominal) menor ou igual a 29 W;

1.2.7.14. Deve possuir ao menos uma saída de relé NA (Normalmente Aberta) que poderá ser por contato NA com pulso negativo ou por comando de 12 a 24 V em corrente contínua ou alternada com pulso positivo;

1.2.7.15. Deverá permitir conexão com botão de acionamento;

1.2.7.16. Deve possuir proteção ao menos contra curto-circuito, sobrecarga e inversão de polaridade da bateria;

1.2.7.17. Possuir sinalização através de LED que indiquem pelo menos o status de carregamento da bateria, tensão baixa da bateria, ausência ou bateria danificada, alimentação de saída e rede elétrica.

1.2.8. Cadastrador de impressão digital para auxiliar na implantação de sistemas com grande volume de usuários e diversos equipamentos em campo, compatível com o aparelho do item 1, com as seguintes características:

1.2.8.1. Reconhecimento rápido de impressões digitais secas, úmidas e ásperas;

1.2.8.2. Tipo do scanner Ótico;

1.2.8.3. Flash 32MB;

1.2.8.4. Tensão de alimentação 5 Vdc (via USB);

1.2.8.5. Corrente máxima de operação 200 mA;

1.2.8.6. Temperatura de operação -10 ~ 55 °C;

1.2.8.7. Umidade de operação 20% ~ 80%;

1.2.8.8. Resolução 500 dpi.

1.2.9. Acionador de emergência rearmável (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade), com as seguintes características:

1.2.9.1. Tipo de contato COM – NA – NF

1.2.9.2. Tensão máxima dos contatos 12 Vdc

1.2.9.3. Corrente máxima dos contatos 2 A

1.2.9.4. Dimensões (L x A x P) 90 x 93 x 45 mm

1.2.9.5. Temperatura de operação 0 ~ 50 °C

1.2.9.6. Umidade de operação 0 – 95%

1.2.10. Licença Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade).

1.3. **Especificações do software de controle:**

1.3.1. Deverá ser disponibilizado acesso a sistema/software aos responsáveis da CONTRATANTE pelo controle de acessos.

1.3.2. Esse software deverá conter o cadastro biométrico dos servidores lotados na sede da ANTT, conforme relação a ser disponibilizada pela CONTRATANTE, a qual deverá conter aproximadamente 1.100 servidores.

1.3.2.1. A estimativa acima poderá variar, devendo essa eventual variação, contudo, não ultrapassar o limite de 10%.

1.3.3. Deverão ser disponibilizados 40 acessos a diferentes usuários da CONTRATADA responsáveis pela realização de cadastros biométricos adicionais.

1.3.4. O software deverá conter sistema de notificação via e-mail aos responsáveis da CONTRATANTE pelo controle de acessos a cada novo cadastro efetuado.

1.3.5. O software deverá possuir campos de registro de: nome completo, RG e CPF de visitantes, bem como campo para registrar a unidade visitada, o responsável pelo visitante e motivo da visita.

1.3.6. No registro de visitantes, o software também deverá possibilitar a anexação de arquivos, para que o registro da autorização fique arquivado.

1.3.7. O software de controle de acesso deverá possibilitar que cada servidor cadastrado tenha acesso a um determinado local de acesso, podendo esse acesso ser customizado de acordo com o perfil individual de cada servidor, havendo casos em que um determinado servidor poderá ter acesso a mais de um local.

1.4. Especificações mínimas dos aparelhos do Grupo 2:

1.4.1. As portas (grupo 2) deverão ser compatíveis com as divisórias já existentes no edifício Sede da ANTT, situadas no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, trecho 03, lote 10, Projeto Orla Polo 8 - CEP: 70200-003 - Brasília - DF, e conter as seguintes características:

1.4.1.1. Módulo de porta com folha dupla do piso ao teto, em vidro duplo laminado de segurança com espessura mínima de 6 mm, espessura mínima da porta de 40 mm encaixilhados em perfis de alumínio de 110mm de largura

1.4.1.2. Dobradiças em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon, encaixadas frontalmente ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos perímetro em aço inoxidável de ponta cônica sem perfuração no batente e que permita a regulagem da folha de porta (sem necessidade de corte) no próprio batente.

1.4.1.3. Fechaduras 515 AEE ou similar Batentes totalmente em liga de alumínio extrudado com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa, acabamento de topo em todo o perímetro em PVC rígido de encaixe sob pressão.

1.4.1.4. Persianas entre vidros acionadas por comando tipo botão, com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da porta, visualizando-se somente as réguas de alumínio, Modulação: 1.800 mm.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento congênere, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. Foi utilizada, para elaboração do presente Termo de Referência, a minuta modelo do site da AGU atualizada em junho de 2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e nas características do objeto constantes do item 1 deste documento e seus subitens.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os bens a serem entregues deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2. Os bens a serem entregues não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

5.3. A comprovação do disposto nos itens anteriores poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o material fornecido cumpre com as exigências do edital.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega e instalação/montagem será de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do Contrato ou instrumento congênere, na sede da ANTT localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla 8 - Brasília - DF.

6.2. Poderá ser solicitada pela Contratada e analisada pela fiscalização do contrato a extensão do prazo de entrega.

6.2.1. Este pedido de extensão deverá ser apresentado no máximo até 24 horas do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, no prazo de 10 (dez) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de entrega e instalação do sistema de Biometria e das portas, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3410-1043 ou 3410-1013.

6.8. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

6.9. A vistoria nas dependências da Sede da Agência se mostra recomendável tendo-se em consideração que as portas serão instaladas em divisórias já existentes no local, sendo imperiosa sua compatibilidade com o material já existente.

6.9.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações e do material nelas existente, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais onde serão instalados os bens adquiridos, devendo o licitante vencedor assumir os ônus decorrentes.

6.9.2. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.10. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**7.1. São obrigações da Contratante:**

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e em seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. Efetuar a entrega e instalação dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no respectivo contrato e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 8.1.1.1. Os objetos devem estar acompanhados dos respectivos manuais do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
 - 8.1.7. A vencedora do Grupo 2 deverá promover a instalação das molas nas portas e os aparelhos de identificação biométrica conforme exigências da contratante.
 - 8.1.8. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O(s) representante(s) da Administração anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo licitante vencedor.

- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a ANTT.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à licitante vencedora será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do licitante vencedora, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ANTT.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ANTT deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do licitante vencedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a ANTT deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à licitante vencedora a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o licitante vencedora não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I - (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

14.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

14.2.2. seguro-garantia;

14.2.3. fiança bancária.

- 14.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratada.
- 14.4. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 14.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 14.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 14.7. A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo;
 - cometer fraude fiscal.
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 15.2.2. Multa moratória de 0,15% (quinze centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 15.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de eventuais prejuízos decorrentes de sua omissão na verificação dos locais de instalação, além do ressarcimento quanto aos prejuízos eventualmente causados.
- 15.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 15.2.5 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 15.4. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.4, 15.2.5 e 15.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- 16.4.1. Valor Global: conforme tabela do item 1.1 deste TR.
- 16.4.2. Valores Unitários: conforme tabela do item 1.1 deste TR.
- 16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS
- 17.1. O custo estimado para a aquisição e instalação de R\$ 470.381,20 (quatrocentos e setenta mil trezentos e oitenta e um reais e vinte centavos).
18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO	Matrícula/SIAPE: 1717145
(assinado eletronicamente) CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO Técnico Administrativo	
Nome: MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO	Matrícula/SIAPE: 2076777
(assinado eletronicamente) MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO Coordenador de Planejamento de Compras e Serviços	
APROVO este Termo de Referência.	
Nome: RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES	Matrícula/SIAPE: 1534297
(assinado eletronicamente) RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES Gerente de Recursos Logísticos	

Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente	
Nome: EDUARDO JOSÉ MARRA	Matrícula/SIAPE: 1533949
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.	
<div>EDUARDO JOSÉ MARRA</div> <div>Superintendente de Gestão Administrativa</div>	

ANEXO "A"

PLANILHA DE PREÇOS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	Quantidade	Valor Unitário	Valor T

1	1	Fornecimento e instalação de aparelho de identificação biométrica	Unidade	23		
	2	Fornecimento e instalação de botão de saída inox c/ caixa automatiza	Unidade	23		
	3	Fornecimento e instalação de fonte alimentação ininterrupta FA 1220	Unidade	23		
	4	Fornecimento e instalação de Kit universal FE 20150 Fechadura-eletrôima s/ sensor	Unidade	23		
	5	Fornecimento e instalação de bateria Selada 7A/12V	Unidade	23		
	6	Fornecimento e instalação de receptora XAR 3060 Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade)	Unidade	23		
	7	Fornecimento de Controle Remoto XAC 4000 Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade)	Par	23		
	8	Fornecimento de cadastrador de impressão digital	Unidade	3		
	9	Fornecimento de acionador de emergência rearmável Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade)	Unidade	23		
	10	Licença Intelbras (essa marca serve só como referência, serão aceitos produtos similares ou de melhor qualidade)	Unidade	23		
	11	Fornecimento de Software de controle	Serviço	1		
	12	Instalação e configuração do Sistema	Unidade	23		
Total do Grupo 1						
2	13	Fornecimento e instalação de módulo de porta com folha dupla do piso ao teto, em vidro duplo laminado de segurança com espessura mínima de 6 mm, espessura mínima da porta de 40 mm encaixilhados em perfis de alumínio de 110mm de largura. Dobradiças em alumínio com sistema de anéis antirruído em nylon, encaixadas frontalmente ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos perímetro em aço inoxidável de ponta cônica sem perfuração no batente e que permita a regulagem da folha de porta (sem necessidade de corte) no próprio batente. Fechaduras 515 AEE ou similar Batentes totalmente em liga de alumínio extrudado com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa, acabamento de topo em todo o perímetro em PVC rígido de encaixe sob pressão. Persianas entre vidros acionadas por comando tipo botão, com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da porta, visualizando-se somente as réguas de alumínio, Modulação: 1.800 mm.	Peça	17		
	14	Fornecimento e instalação de molas aéreas compatíveis com as portas	Unidade	23		
	Total do Grupo 2					
Valor total estimado R\$						



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO, TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, em 06/12/2022, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 06/12/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Gerente**, em 06/12/2022, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 07/12/2022, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14583072** e o código CRC **9E60E62F**.